

21 A 23 DE JUNHO

EVENTO CIENTÍFICO

# POLÍTICAS PÚBLICAS E PROJETOS PARA AMAZÔNIA

*Desafios, Sustentabilidades e Perspectivas*

1ª EDIÇÃO



REALIZAÇÃO

FACULDADE  
**CATÓLICA**  
DE RONDÔNIA

APOIO

**fapero**

## LINHA DO MADEIRA: ANÁLISE DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA DO COMPLEXO HIDRELÉTRICO DO MADEIRA

Políticas Públicas e Projetos para Amazônia: Desafios, Sustentabilidades e Perspectivas, 1ª edição, de 21/06/2023 a 23/06/2023  
ISBN dos Anais: 978-65-5465-044-1

**GONÇALVES; Valter Arújo <sup>1</sup>, ANDRADE; Rafael Ademir Oliveira de <sup>2</sup>, CRUZ; Luan Gomes <sup>3</sup>**

### RESUMO

Obras de grande porte como as usinas hidrelétricas causam impactos relevantes e, com isso, atraem o olhar de pesquisadores de diversas perspectivas científicas. No caso das usinas do Rio Madeira não foi diferente. Por mais de uma década, estudos de toda ordem analisaram os impactos da instalação do Complexo Hidrelétrico do Madeira. No entanto, as extensas linhas de transmissão que decorrem dessas intervenções não têm recebido a mesma atenção da sociedade, nem mesmo da academia. Nas regiões abarcadas pela recente construção de barragem, tanto da Usina Hidrelétrica Santo Antônio quanto da Usina Hidrelétrica de Jirau, as políticas públicas vinculadas aos consórcios responsáveis pelos empreendimentos foram norteadas por documentos previamente elaborados, baseados no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e no Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Ambos os documentos são direcionados à análise da sustentabilidade de um empreendimento dessa natureza, visando avaliar e precisar a intensidade e a dimensão do seu impacto no meio ambiente e na sociedade. Nesses documentos, parte das ações de “reparação” do dano gerado pela construção de barragens no rio Madeira são tratadas como ações de “compensação”. O uso da expressão “compensação” tem predominância nos documentos oficiais produzidos pelo Ministério do Meio Ambiente, provavelmente, superando a ideia da simples indenização financeira de perdas provocadas por empreendimentos cujos impactos demandam medidas de prevenção e controle durante as fases de implantação e operação. É inegável que todo o processo de construção de uma obra de grande porte segue rigorosamente o trâmite legal. Por consequência, estudos de impacto e de viabilidade, obtenção de licenciamento, compensações, indenizações e, até mesmo, os embates jurídicos tornam-se ações inerentes ao jogo democrático. Um campo com regras complexas, com um poder formado

<sup>1</sup> Centro Universitário São Lucas, valtergoncalvesaraujo@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal de Rondônia, profrafaelsocio@gmail.com

<sup>3</sup> Centro Universitário São Lucas, valtergoncalvesaraujo@gmail.com

por muitas redes e instituições. Por certo, o papel do Estado nesse processo de intervenção é crucial. Sabe-se que as decisões pelo desenvolvimento de projetos dessa natureza nascem dos propósitos políticos, a despeito de vinculação econômica, ideológica ou pragmática. No ambiente estatal, documentos apoiam a descrição de processos de elaboração e gestão de obras de grande porte, em lugares e espaços de características tão singulares como estes, inseridos em biomas distintos (Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica). Analisar em que contexto e circunstâncias as ações de compensação se alinham aos aspectos políticos e administrativos da gestão da coisa pública, especialmente no que tange à proteção do bem comum, confirma a relevância do tema em tela. O tema tem sido objeto de pesquisas sociais acadêmicas de diferentes graus de complexidade, no entanto, basicamente voltados para a instalação das usinas hidrelétricas, produzindo artigos, monografias, dissertações e testes, com acentuado enfoque etnográfico, compondo uma espécie de mosaico, extremamente valioso, mas por vezes difícil de decifrar. Quando se tratam de empreendimentos relacionados às linhas de transmissão as pesquisas tornam-se escassas. Considerando que obras com viés sócio-jurídico são, por natureza, mais densas, tornam-se, por consequência, mais raras ainda. O enfoque jurídico circundou essa pesquisa, ainda que com bases eminentemente sociológicas, numa perspectiva voltada para a análise dos modelos desenvolvimento inseridos nos documentos produzidos e para o seu desdobramento em ações de compensação socioeconômicas. Para que se pudesse desenvolver uma pesquisa dessa natureza, torna-se crucial o acesso aos documentos. Neste caso, tratando-se de construção de linhas de transmissão de energia hidrelétrica, a publicização dos documentos é assegurada por lei. O que não está posto é uma análise geral dos impactos depois da obra concluída e a verificação da efetividade das ações compensatórias delineadas ainda na fase de estudos do empreendimento. Para tanto, no desenvolvimento desse projeto, tomou por base a proposta metodológica de Karl Mannheim (1952) – adaptada pela socióloga Wivian Weller (2005), detalhada mais adiante. Ao responder a questão chave da pesquisa, que buscou analisar os aspectos críticos dos impactos socioambientais da instalação do sistema de transmissão de energia do Complexo Hidrelétrico do Madeira, chegou-se ao presente texto, estruturado em 5 seções distintas. Contando a partir da introdução aqui apresentada, o texto segue apresentando, na segunda seção, os dados obtidos na revisão da literatura, centrada na análise do ponto chave dessa pesquisa e na leitura de documentos, na terceira seção, a descrição da metodologia utilizada, na quarta seção, a apresentação dos resultados obtidos e, por fim, na quinta seção, as considerações finais acerca da pesquisa realizada.

**PALAVRAS-CHAVE:** hidrelétrica, desenvolvimento, linha de transmissão

<sup>1</sup> Centro Universitário São Lucas, valtergoncalvesaraujo@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal de Rondônia, profrafaelsocio@gmail.com

<sup>3</sup> Centro Universitário São Lucas, valtergoncalvesaraujo@gmail.com